



Ao Exmº Senhor Presidente do Tribunal de
Contas de MG. Senhores Conselheiros;
Autos
nº1119715

Wagner Luiz Teixeira Leite e Janice leão e Marcos Aparecido de Araújo, todos devidamente qualificados no procedimento susso, vêm a este tribunal apresentar

DEFESA ADMINISTRATIVA

Em razão de procedimento que tramita neste órgão

DO LITISCONSÓRCIO ATIVO FACULTATIVO

Ilustre câmara, o feito versa sobre denúncias promovidas e que se pretende apurar fatos de mais de uma pessoa, mantendo entre si pertinência ou conexão, o que, data máxima vênia, roga pela apresentação da simples defesa, em sede de litisconsórcio, ora pelo objeto ora pela economia processual, bem como pelo respeito aos ilustres conselheiros, com inúmeros feitos a serem tratados, não querendo, ser este mais um trabalho hercúleo.

DO MÉRITO

Trazem à baila, a referida denúncia, recebimento indevido de proventos/subsídios, por parte de servidores da administração pública.

A matéria foi amplamente enfrentada pelo IRMP da comarca de origem, com fundamentos de rejeição que já esgotam a matéria.

Cediço é que a ilustre promotora sempre se ateve ao trabalho liso e probó, agindo em na defesa do ESTADO, em todo sua biografia.

Não satisfeito ou com desrespeito ao procedimento, este, denunciante promoveu denúncias nesta corte.

Assim se traduz a defesa em seu mérito:

Prima face e mister salientar as razões que ensejaram e pacificaram o tema, da restituição de valores a administração pública, tendo como base a intenção na conduta, ou presente o elemento subjetivo da ação:

Não se pode confundir ilegalidade com improbidade. A improbidade é ilegalidade tipificada e qualificada pelo elemento subjetivo da conduta do agente. Por isso mesmo, a jurisprudência dominante no STJ considera indispensável, para a caracterização de improbidade, que a conduta do agente seja dolosa, para a tipificação das condutas descritas nos artigos 9º e 11 da Lei 8.429/92, ou pelo menos culposa, nas do artigo 10 (v.g.: REsp 734.984/SP, 1 T., Min. Luiz Fux, DJe de 16.06.2008; AgRg no REsp 479.812/SP, 2ª T., Min. Humberto Martins, DJ de 14.08.2007; REsp 842.428/ES, 2ª T., Min. Eliana Calmon, DJ de 21.05.2007; REsp 841.421/MA, 1ª T., Min. Luiz Fux, DJ de 04.10.2007; REsp 658.415/RS, 2ª T., Min. Eliana Calmon, DJ de 03.08.2006; REsp 626.034/RS, 2ª T., Min. João Otávio de Noronha, DJ de 05.06.2006; REsp 604.151/RS, Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 08.06.2006).(RECURSO ESPECIAL Nº 1.194.224 - RS (2010/0088206-1))

É razoável presumir vício de conduta do agente público que pratica um ato contrário ao que foi recomendado pelos órgãos técnicos, por pareceres jurídicos ou pelo Tribunal de Contas. Mas não é razoável que se reconheça ou presuma esse vício justamente na conduta oposta: de ter agido segundo aquelas manifestações, ou de não ter promovido a revisão de atos praticados como nelas recomendado, ainda mais se não há dúvida quanto à lisura dos pareceres ou à idoneidade de quem os prolatou. Nesses casos, não tendo havido conduta movida por



imprudência, imperícia ou negligência, não há culpa e muito menos improbidade. A ilegitimidade do ato, se houver, estará sujeita a sanção de outra natureza, estranha ao âmbito da ação de improbidade.

A descarga argumenta transcrita na razão dos recursos que deram ensejo ao tema, por si só já se esgota o fato. Ademais caso houvesse algum distinguishing a ser apurado, o IRMP também esgotou o tema.

Não restando tão somente a má-fé do denunciante, inclusive incorrendo este em denúncia caluniosa ou em abuso de autoridade, pois cediço o fato de que não há conduta ilícita dos agentes públicos.

Não pela ausência de argumento, mas pelo respeito a essa corte, roga pelo arquivamento do feito, e promovido a notícia crime em desfavor do denunciante, pela prática de abuso de autoridade, ou pela denúncia caluniosa.

Na oportunidade roga pela citação/notificação sejam realizadas pelo endereço eletrônico: **direitocbn@gmail.com**

PARA DE MINAS 11 DE ABRIL DE 2023

CLAUDIO ALVES

OAB 114343